

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.492.572 - RS (2019/0117066-7)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **NELSON VIRGINIO DELAZERI**
ADVOGADO : **DANIEL SILVEIRA HALFEN E OUTRO(S) - RS032387**
AGRAVADO : **COMPANHIA ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE-D**
ADVOGADOS : **RAFAEL CORREA DE BARROS BERTHOLD - RS062120**
: **RICARDO DE OLIVEIRA SILVA FILHO - RS064834**
: **ROBERTA DE OLIVEIRA SILVA E OUTRO(S) - RS082560**

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INÉPCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação declaratória de inexistência de débito.
2. O agravo em recurso especial, interposto contra decisão denegatória de processamento de recurso especial, que não impugna, especificamente, os fundamentos por ela utilizados não deve ser conhecido.
3. Agravo em recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por NELSON VIRGINIO DELAZERI, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial com os seguintes fundamentos: i) ausência de violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/15; e ii) ausência de comprovação do dissídio jurisprudencial.

Constata-se, da análise da petição do presente recurso, que o agravante se limitou a reprisar a mesma argumentação trazida nas razões do recurso especial, mas não demonstrou, de maneira consistente e específica, a inaplicabilidade de cada um dos óbices invocados na decisão agravada.

O agravo em recurso especial que não impugna, especificamente, os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários fixados anteriormente em 10% sobre o valor da condenação (e-STJ fl. 349) para 12% sobre o valor da condenação.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora